

Gênero e Políticas Públicas de Saúde da Mulher

Thais D. Schmidt
thaisschmidtpsi@gmail.com
Bruno Jardini Mäder

RESUMO: **Introdução:** Ao tratar sobre saúde da mulher, torna-se relevante a elucidação sobre o que se entende da perspectiva de gênero e qual sua reverberação dentro do sistema de saúde. O objetivo de se utilizar a palavra gênero ao invés de sexo, é criticar o determinismo biológico quanto a ser mulher, e assim, problematizar o ser mulher quanto a uma construção social, e, dessa forma, entra em vigor o caráter histórico, cultural, social e político. Podemos dizer então, que gênero é um conceito construído a partir da imanência do que circunda o tempo histórico atual (VASCONCELOS; SEFFNER, 2015) que é sobreposto a um corpo sexuado, sendo esta uma primeira significação de poder. Sendo assim, gênero atribui o que é ser homem ou mulher em relação aos papéis, atitudes, crenças, relações e atributos de um indivíduo. A existência humana é produto de bases biológicas que se dão pelos sexos feminino e masculino os quais culturalmente são postos como modelos de comportamento que dispõe potencialidades comuns aos seres humanos. Esses modelos de comportamento atribuem uma distribuição de responsabilidades em relação à produção social da existência. A concepção do que entende-se por gênero é construída a partir das relações sociais e irão repercutir as concepções internalizadas pela sociedade. A identidade pessoal se desenvolve a partir da incorporação das relações sociais que irão afeiçoar sua identidade pessoal, onde ser menino ou menina, correspondem a uma referência inicial sobre o mundo. **Objetivos:** Definir o conceito de gênero, investigar como as questões de gênero implicam nas políticas públicas de saúde da mulher. **Métodos:** Pesquisa desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica narrativa. **Resultados:** O autor Joan Scott (1995) define gênero como um componente que constitui as relações sociais a partir das diferenças captadas entre os sexos, o qual possui quatro componentes que se interrelacionam. O primeiro são os símbolos que a cultura dispõe e que produzem representações simbólicas, o segundo são os conceitos normativos adquiridos a partir da interpretação dos significados dos símbolos, que por sua vez têm uma tentativa de restringir as perspectivas metafóricas, exemplo disso são as doutrinas religiosas, científicas, políticas, etc. A posição socialmente dominante é conhecida como incontestável, onde o terceiro aspecto das relações de gênero se dá a partir da inércia em relação à conservação permanente da representação binária de gênero. Esta permanência deve ser analisada a partir do mercado de trabalho, das instituições de ensino, do sistema político, entre outros elementos de organização social. O quarto aspecto se dá a partir da identidade subjetiva, que deve ser analisada a partir de como a construção das identidades são confeccionadas em relação às organizações e representações sociais desenvolvidas historicamente de maneira específica. A segunda proposição do autor em relação ao assunto, é que gênero é a primeira forma de dar significado às relações de poder "o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (SCOTT, 1995, p. 88). Sendo assim, o gênero é

constituído como um conjunto de referências que resultam na percepção e organização concreta e simbólica da vida social, e a proporção dessas referências constituem distribuições de poder, onde envolve-se gênero na construção e entendimento do próprio poder. A partir desse viés, entende-se que há um atravessamento de gênero na gestão e no cuidado em saúde, integrado em práticas específicas de produção do mesmo (OLIVEIRA *ET AL*; 2018). Pode-se analisar gênero como uma norma regulatória incluída a um campo de normalização ainda maior da biopolítica e da governamentalidade das condutas humanas. O biopoder emprega o biológico através de tecnologias disciplinares e da regulação populacional tornando os corpos recursos políticos a serem normalizados e geridos. A governamentalidade é a expressão do governo das condutas, pela exigência da verdade sob a forma da subjetividade, a partir dos regimes da verdade de um dado tempo histórico, que exige obediência e submissão (VASCONCELOS; SEFFNER, 2015). Posto isto, compreende-se que políticas em geral são dispositivos de organização social, a partir da normatização e administração de vários setores da vida cotidiana dos indivíduos, a fim de educá-los para pensar e agir de modo convencional. Um dos modos de funcionamento e possíveis efeitos dessas políticas, pode-se perceber a partir de proposições programáticas através de dispositivos públicos (escolas, unidades de saúde, etc), com suas respectivas práticas educacionais e assistenciais, que se espera ter o efeito de inclusão social, instituindo modos de viver nas famílias. Há uma dependência em relação à análise de gênero e a integralidade da saúde, e percebe-se que a representação simbólica do corpo feminino expõe a construção social e também cultural que se tem da mulher na sociedade. Esta representação se exprime na assistência à saúde a partir das formas de cuidado em que se pode observar que há a priorização da saúde reprodutiva. O corpo feminino situa-se em posição de instrumentação de sua submissão e opressão, o cuidado em saúde evidencia o papel que a sociedade impõe à mulher, sendo reprodutora e mãe. Assim, a partir deste enfoque que se institucionalizam os cuidados com a saúde materna e do ciclo gravídico-puerperal, onde a sexualidade feminina é limitada à condição reprodutora. **Conclusão:** Conclui-se com a importância de salientar o papel dos profissionais que instituem essas formas de organização em instituições e serviços públicos, pois também produzem e governam. Ademais, essas políticas são generificadas, resultando em feminização da inclusão social, que se trata de habilidades e capacidades que se apresentariam devido a “natureza feminina”, contribuindo para cotidianos complexos e precários.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Gênero na Saúde; Saúde da mulher; Políticas Públicas de Saúde;

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; PEZZATO, Luciane Maria; MENDES, Rosilda. Às margens do cuidado: regulações de gênero em uma equipe de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, e280208, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312018000200604&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade** v. 20 n. 2 p. 71-99, 1995. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667> Acesso em 11.set. 2021.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; SEFFNER, Fernando. A pedagogia das políticas públicas de saúde: norma e fricções de gênero na feitura de corpos. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 44, p. 261-297, June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100261&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Apr. 2021.